

A REAÇÃO DO GOVERNO

Ocupação do Planejamento, declarações de Stédile e coquetéis molotov de Minas levaram presidente a escrever discurso agressivo

Invasões fazem FH endurecer

FLIMAR FRANCO
E JORGEMAR FELIX

BRASÍLIA — Os manifestantes que promoveram a invasão do Ministério do Planejamento, em Brasília, a confecção de coquetéis molotov, em Minas Gerais, e as declarações do Coordenador Nacional do Movimento dos Sem Terra, João Pedro Stédile, pregando invasões de terrenos e prédios públicos e supermercados foram os responsáveis pela decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de fazer um discurso politicamente forte, enfatizando ameaças à democracia pela falta de respeito e ordem.

O objetivo foi dizer à sociedade que o governo quer restabelecer sua

autoridade e não vai tolerar atos radicais e sectários. Na verdade, as declarações de Stédile não eram novidade para o governo. O líder do sem-terra expôs a mesma opinião — a de que os métodos de invasão do MST poderiam ser adotados pelos que não têm casa e estão com fome — em abril, em palestra na Universidade de Brasília. Agora o contexto da declaração foi outro, e as manifestações de oposição ao governo tomaram também outros rumos.

O único auxiliar a ler antecipadamente a maior parte do discurso feito pelo presidente foi o secretário-geral de Direitos Humanos, José Gregori, seu amigo pessoal. Fer-

nando Henrique escreveu o texto de próprio punho e terminou a redação às 4 horas da manhã de quarta-feira. Ao chegar ao Palácio do Planalto enviou o manuscrito ao seu *ghost-writer*, Eduardo Graef, que revisou o discurso pronto. A decisão do presidente foi amadurecida solitariamente no fim de semana.

Mas na sexta-feira, ao retornar de Belo Horizonte, onde ocorrera a reunião da Alca, o presidente comentou com o secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, sua inquietação com a radicalização das manifestações oposicionistas ao governo. Referiu-se, com indignação, ao peru que foi coloca-

do na mesa do ministro Antônio Kandir durante a invasão promovida pela Contag, presidida pelo tucano Francisco Urbano. O presidente também ficou escandalizado com a omissão da polícia do Distrito Federal e com a presença de integrantes do secretariado do governador Cristóvam Buarque entre os invasores.

Consulta — Depois de tomar a decisão sobre o discurso, Fernando Henrique conversou com vários políticos. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães foi um deles e aprovou inteiramente a decisão, além de salientar a real necessidade de haver firmeza por par-

te do presidente. Outro foi o deputado José Anibal (PSDB-SP), que coincidentemente tinha uma conversa marcada com o presidente nesta terça-feira. Anibal apoiou o tom do discurso. O ex-presidente da Câmara Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), na quarta-feira pela manhã, também foi informado do teor do pronunciamento. Concordou.

Fernando Henrique, no entanto, fez um certo mistério sobre o conjunto das idéias. O ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e o secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge, só foram ler o discurso na noite de quarta-feira. Os ministros

Sérgio Motta, das Comunicações, e Paulo Renato Sousa, da Educação, também conversaram com o presidente sobre o assunto, na manhã de ontem.

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), em duas conversas com Fernando Henrique, na semana passada, também demonstrou preocupação com a radicalização dos protestos. Ontem, Antônio Carlos festejou o tom do discurso e acompanhou a linha de raciocínio do presidente em pronunciamento que fez na Confederação Nacional da Indústria, no final da manhã.

A ÍNTEGRA DO DISCURSO

Brasília — Arnildo Schulz

“O meu governo ganha hoje dois novos e valiosos colaboradores: o senador Iris Resende, como ministro da Justiça, e o deputado Eliseu Padilha, como ministro dos Transportes.

Suas excelências pertencem a um partido que faz parte da história das lutas pela democratização do país. Ambos têm experiência administrativa e política. O doutor Padilha, além de deputado federal, foi secretário de Estado no Rio Grande do Sul e prefeito municipal. O doutor Iris Resende é liderança nacional: duas vezes governador de Goiás, senador da República e ministro pela segunda vez.

Bem-vindos à equipe, senhores ministros. Confio nos serviços que prestarão ao governo e ao Brasil.

Ministro Eliseu Padilha, Vossa Excelência, na Pasta dos Transportes, levará adiante uma parte substancial do ambicioso programa Brasil em Ação, que, cada vez com mais clareza, mostrará uma nova feição do nosso país.

Vossa Excelência, ministro Iris Resende, à frente da Pasta da Justiça, terá um papel fundamental, tanto na articulação com os poderes Legislativo e Judiciário quanto na execução de medidas que, nos limites da lei, e sempre respeitando os direitos humanos, coibam abusos e mantenham a ordem democrática, essencial ao bem-estar do nosso povo.

Senhores ministros, nossos compromissos com a democracia e o bem-estar do povo brasileiro não são de ontem. São de toda uma vida. Hoje temos uma oportunidade única de colocar a força desses compromissos a serviço do Brasil.

Desde que o presidente Itamar Franco me nomeou ministro da Fazenda venho empenhando todas as minhas forças para recuperar a estabilidade no país.

Estabilidade econômica e estabilidade política.

No plano econômico, os resultados estão à vista de todos. Inflação de menos de 10% ao ano. Crescimento continuado pelo quinto ano consecutivo desde 1993. Investimentos nacionais e estrangeiros em expansão. Nível de emprego estável. Setor agrícola saneado e em franca recuperação. E, sobretudo, aumento dos salários reais, com significativa expansão do consumo popular e uma sensível distribuição de renda. Desde o início do Plano Real, 13 milhões de brasileiros ultrapassaram os níveis de pobreza.

A recuperação da estabilidade econômica se fez sem recessão e com muita liberdade, respeitando os direitos de todos e sem jamais arrancar a democracia.

De uns tempos para cá, no entanto, tenho visto com indignação o comportamento cada vez mais ofensivo de setores inconformados, no fundo, com sua própria falta de alternativas as nossas políticas.”

“As críticas se dirigem aos movimentos de protesto que têm utilizado métodos considerados ofensivos pelo presidente, como as manifestações de Belo Horizonte, onde foram usados coquetéis molotov, e as invasões patrocinadas pelo MST, CUT e Contag.

“Parece que meu apego ao diálogo e meu amor à liberdade têm sido confundidos, por esses setores, com sinais para que as virtudes republicanas sejam atacadas.”

O presidente se refere às tentativas de diálogo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com integrantes do Grito da Terra, que invadiram o Ministério do Planejamento, e aos convites para conversas com os líderes de partidos de oposição.

“Tenho sido paciente e tolerante, porque é do meu feito e porque é dever de quem tem mandato do povo para governar o país.

Mas o limite da paciência e da tolerância é a democracia. A democracia exige respeito e ordem. Sem ordem legítima, não há democracia.”

O presidente reforçou a atitude que começou a adotar com a expulsão dos índios que invadiram o gabinete do presidente da Funai, em abril, e a negociação dura que manteve com os integrantes do Grito da Terra que invadiram o Ministério do Planejamento. É também um recado ao MST, que tem invadido as sedes do Inbra nos estados. E às propostas feitas pelo líder do MST, João Pedro Stédile, de propagação do sistema de invasões também ao movimento dos sem-terra e aos que têm fome.

“As invasões repetidas de prédios públicos e de propriedades particulares são ações coordenadas com objetivos políticos que constituem abusos antidemocráticos.

Vêm se amuando incitamentos à desordem, inclusive por parte de lideranças nacionais de alguns movimentos que suscitariam simpatia da sociedade não fosse sua agora óbvia vinculação político-sectária.”

O MST e outros movimentos sociais estariam radicalizando suas ações, colocando-se não contra políticas específicas, como a reforma agrária, mas contra o governo Fernando Henrique. O governo também aposta que, com a radicalização, os índices de aprovação ao MST cairão.

“Isso é grave. E tanto mais grave quanto o governo tem estendido as mãos e proposto negociações democráticas.

A onda premeditada de violência e anarquia não é apenas um atentado contra a democracia. É um atentado contra a esperança do povo brasileiro, que está fundada na estabilidade econômica, mas também na estabilidade política.

A sociedade brasileira exige um basta a este clima de baderna. A sociedade não quer a desordem. Pedras, paus e coquetéis molotov são argumentos tão pouco válidos quanto as baionetas. Só que menos poderosos.

O país cansou desses abusos. Os responsáveis pela ordem pública devem ser sensíveis a este cansaço. De minha parte, como democrata, tenho o dever de impedir que a desordem corrompa a liberdade.

Não faltarei ao meu dever, como sei que o ministro Iris Resende não



O presidente Fernando Henrique é aplaudido durante o seu discurso na cerimônia de posse de ministros

faltarão ao dele. Dentro da lei. Mas sem hesitação.

Em outro plano, mas no fundo respondendo ao mesmo espírito de não aceitação da vontade majoritária do país, as vezes mais estridentes das oposições se aproveitam da falta de decoro de uns poucos parlamentares para tentar paralisar o Congresso e o governo, com suspeitas e insinuações.”

No episódio das fitas gravadas com dois parlamentares do Acre que confessaram venda do voto a favor da reeleição foi citada por eles a suposta participação de dois integrantes do governo, o ministro Sérgio Motta e o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, José Luís Portella.

“Qualquer suspeita de corrupção deve ser investigada a fundo. Se comprovada, tanto os corruptos como os corruptores devem ser exemplarmente punidos.”

O presidente não fez menção

às acusações contra o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, mas deixou claro que não teria dúvidas em demitir auxiliares, se comprovadas denúncias de corrupção.

“Ao encontrar verossimilhança nas acusações, a Câmara constituiu uma comissão investigadora que, em poucos dias, trabalhou corretamente para livrar o conjunto da Casa da pecha de convivência com práticas inaceitáveis.

Que a Polícia, o Ministério Público e a Justiça atuem com a mesma determinação e presteza para a completa apuração dos fatos e a punição dos culpados, corruptos e corruptores.

Se houver algum membro do governo envolvido neste episódio será demitido.

Não creio nisto. Para mim seria uma grande decepção, mas ela não inibiria a minha decisão. Assim como seria covardia imperdoável à minha consciência punir inocentes apenas porque a sanha de adversá-

rios insinua ou supõe, sem nem ao menos ter tido a coragem de dizer — ‘eu acuso’.

O descrédito recairá sobre os verdadeiros culpados de tanto dano à moral Republicana e não sobre o governo.

O Congresso agiu bem ao não paralisar a ação legislativa ao mesmo tempo em que cumpre o dever de apurar as denúncias.

Para assegurar a estabilidade, o crescimento e a melhora das condições de vida dos brasileiros, precisamos manter a confiança em nós mesmos e no país.

É preciso, mais do que nunca, que a maioria que nos apoia, no Congresso e na sociedade, reaja com convicções e com argumentos.

Convicção e argumentos não têm faltado ao governo.

Apoio no Congresso tem havido. Ainda ontem o Senado aprovou em primeiro turno a emenda da reeleição.

Conto com o mesmo apoio para levar adiante as reformas necessárias para a continuidade do Plano Real.

Não temo pelo meu governo. Dispomos de instrumentos suficientes para, responsabilmente, manter nossa economia no rumo certo.

Como eu sempre disse, os efeitos das reformas da administração e da Previdência serão lentos. Não visam a beneficiar este governo, mas a garantir o futuro do país.

Sem as reformas não haverá horizonte estável para o crescimento econômico e o bem-estar da sociedade, porque o desequilíbrio fiscal, no decorrer do tempo, limitará nossas possibilidades de expansão.

A história cobrará daqueles que, por sectarismo político ou por acomodamento em desistir da luta, vierem a impedir que as reformas prossigam.

O futuro do país, neste aspecto, está nas mãos do Congresso e dos partidos que compõem a maioria no Congresso.

Cabe aos partidos a responsabilidade — e tenho a expectativa de que não faltarão a ela — de votar as emendas constitucionais propostas e as leis necessárias para que o Real continue como âncora do bem-estar do povo.

Vossas Excelências, senhores ministros Iris Resende e Eliseu Padilha, são homens de partido que se juntam ao governo para ajudar o país.

Nosso país tem rumo. Tem um governo que diz o que pensa, que nasceu das urnas, com programa aprovado pelo eleitorado.

Por isso mesmo o presidente lhes fala hoje, de coração aberto.

Os legítimos acordos políticos com os partidos atuantes no Congresso foram feitos pensando sempre na viabilização das reformas, no progresso do Brasil e no bem-estar dos brasileiros. Não em interesses menores ou pessoais.”

O presidente procura negar as acusações de barganhas políticas para garantir a aprovação das reformas e, principalmente, para garantir a reeleição e justificar os acordos feitos até agora.

“De agora em diante, não apenas eu, meus ministros e líderes não precisaremos insistir. Cada setor político brasileiro há de responsabilizar-se perante o povo e a história pelos votos proferidos.”

O presidente reforça que, agora, irá atuar menos diretamente nas negociações com o Congresso para a aprovação das reformas, transferindo aos parlamentares a responsabilidade pela condução política das negociações em torno das emendas constitucionais e dos projetos que compõem a política de governo.

“Agradeço a presença de todos, digo aos brasileiros que continuaremos firmes, serenos na força das nossas propostas. Sem jamais perder de vista que o horizonte deste país é de grandeza.”